

39% dos envolvidos em crimes financeiros são ligados a agentes públicos

Das 714 mil pessoas e empresas ligadas a crimes financeiros e delitos antecedentes à lavagem de dinheiro no Brasil, 281 mil são pessoas politicamente expostas (PEPs). Isso quer dizer que tais sujeitos ocupam ou ocuparam cargos, empregos ou funções públicas de relevância, ou têm algum tipo de relacionamento, familiar ou empresarial, com eles. Ou seja: 39% dos suspeitos de tais crimes possuem ligações públicas ou políticas. É o que aponta levantamento da AML Consulting, que presta serviços de prevenção à lavagem de dinheiro, com base nos dados da plataforma Risk Money.

Reprodução



Empresa identificou mais de 11 mil pessoas ligadas a crimes da "lava jato", sendo 547 delas pessoas politicamente expostas.

E 10% das 281 mil PEPs estão ligadas a crimes econômicos, como corrupção e peculato. A lista dos agentes públicos mais vinculados a esses delitos é encabeçada por prefeitos; seguidos de vereadores; deputados federais; deputados estaduais; e vice-prefeitos.

11.171 prefeitos e vice-prefeitos foram eleitos em 2016. Deste grupo, 1.833 estão envolvidos em crimes de diferentes naturezas, o que corresponde a 16,5% do total.

Já dos 57.949 vereadores eleitos no mesmo ano, 2.110 também estão envolvidos em diferentes crimes, o equivalente a 3,6% do grupo. Pelo menos 163 dos investigados, ou 7,7% dos investigados, estão envolvidos com crimes de corrupção.

Efeito “lava jato”

A AML Consulting identificou mais de 11 mil pessoas e empresas ligadas aos crimes investigados na operação “lava jato”. Na visão de Alexandre Botelho, sócio fundador da consultoria, isso “mostra que esses crimes ocorrem devido também à contribuição e participação significativa do setor privado”.

Entre os envolvidos na operação, 2.264 estão relacionados a crimes econômicos, sendo 547 deles, ou 24%, PEPs pessoas que ocuparam cargos, empregos ou funções públicas de destaque.

O cargo público que tem mais acusados na “lava jato” é o de deputado federal. Depois aparecem na lista



senadores; prefeitos; deputados estaduais; e vereadores. O Distrito Federal é o ente com mais suspeitos: 223 (24,3% do total). Em seguida aparecem São Paulo, com 75 (8,1%); Rio Grande do Sul, com 74 (8%); Rio de Janeiro, com 65 (7%); e Bahia, com 57 (6,2%).

Date Created

18/05/2017